

ATA Nº. 6

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM
28-04-2014**

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e catorze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **João António de Matos Lérias**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pela Senhora **Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho** e pela Senhora **Lúcia Dias Abelha**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Socialista**, os Senhores: -----

Mário André Balsa Gonçalves, Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves, António Manuel dos Santos Rodrigues, Manuel António Simões Martins e José Francisco de Matos Rodrigues Leote -----

Em representação do **Partido Social Democrata**, os Senhores: -----

José Miguel Filipe Baptista, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, Rui Vitor pires Bragança e Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**, os Senhores: -----

Luís Filipe Dias Grácio, Marco Filipe Sá Geração. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**, os Senhores: -----

António Silvino da Costa Ferreira, Telma Cristina Antunes Jorge e Marisa Sofia Cordeiro Parreira.-----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

Rui Cardoso Maurício. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

Ezequiel Soares Estrada. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Tília dos Santos Nunes, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse aos elementos convocados para substituir, o deputado que solicitou renúncia ao mandato e ausência por período inferior a trinta dias, respetivamente. -----

Deu posse a Pedro Miguel Faria Gonçalves, que substitui Mário Olímpio Clemente Ferreira, do Centro Democrático Social. -----

Deu posse a Fernanda Maria de Matos Lopes, que substitui Sara Paula Caetano Domingos, do Partido Socialista. -----

Deu posse a Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão, que substitui Carla Sofia Roma de Oliveira, do Bloco de Esquerda. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respetivas atas avulsas de instalação e dos respetivos

juramentos por parte dos novos membros, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Procedeu-se de seguida à votação da ata número cinco. -----

Pediu a palavra **Marisa Parreira**: “ No ponto da designação do representante das juntas de freguesia no Conselho Municipal de Educação, vi que na minha intervenção faltam algumas coisas que eu considero importantes e gostaria que ficassem em ata.” -----

Assim: -----

“Ouvimos falar de umas placas que andam a voar, nuns alunos que têm de andar encostados às paredes para não se magoarem, como as salas ficam não estão com segurança para terem aulas, as criancinhas têm de mudar de salas e essas salas não têm condições para os professores darem essas aulas.” -----

Prosseguiu **Luís Grácio**: “ É um pouco no mesmo sentido, algumas questões passadas para a ata não estão tal e qual como foram ditas, apresentarei como é hábito por e-mail as alterações.” -----

Referiu o senhor Presidente da Assembleia: “ Fica tudo em ata, o funcionário leva tempos e tempos a ouvir os cd`s, muitas das vezes eu vou à assembleia e são dias e dias seguidos para que nada falhe. -----

Acontece que muitas das vezes, ou por estas questões do microfone em que falta o som, ou tem a ver com a mudança do cd.” -----

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO CINCO -----

A ata número cinco referente à sessão ordinária de vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze, foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor, sendo oito votos do Partido Socialista, cinco votos do partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, dois votos do Bloco de Esquerda e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e três abstenções, sendo uma do Partido Socialista, uma do Bloco de Esquerda e uma do Centro Democrático Social. -----

O Partido Socialista apresentou a seguinte Moção: -----

MOÇÃO -----

PELA DEFESA DO SNS -----

Num tempo em que predomina a miséria e a insegurança em largos setores da sociedade é fundamental que as estratégias globais de saúde tenham como prioridade a implementação de políticas que diminuam as desigualdades, minimizando as diferenças sociais e regionais. -----

A opção por um modelo de SNS é hoje reconhecida como a melhor forma de garantir os valores do acesso, da equidade e da solidariedade. O SNS tem sido um fator de coesão nacional e um avanço civilizacional. -----

O Governo publicou uma portaria (n.º 82/2014, de 10 de abril), que constitui um violento ataque ao SNS e ao direito constitucional à saúde, visando o desmantelamento da rede hospitalar pública. -----

A Portaria n.º 82/2014, que no essencial reclassifica os hospitais de acordo com o seu grau de diferenciação, é um logro, pois nada tem a ver com a reforma hospitalar, essencial e há muito exigida por imperativos funcionais, ou mesmo com

a reforma orgânica do SNS. Trata-se tão-somente do equivalente a uma espécie de carta hospitalar, mas neste caso visando um quadro minimalista de unidades hospitalares. -----

O SNS é um todo que deve ter coerência e não entendemos como se podem tomar medidas avulsas, pontuais, casuísticas, inorgânicas, desconexas, descontextualizadas e de carácter administrativo, sem qualquer estratégia de sustentabilidade, negam qualquer perspectiva de reforma e de articulação entre os vários níveis de prestação de cuidados de saúde. -----

Com esta Portaria, o governo tem em vista, uma vez mais, o encerramento arbitrário de serviços hospitalares. Nomeadamente o encerramento da maioria das maternidades do país, a diminuição acentuada da capacidade de resposta global do SNS, a criação de condições incontornáveis para uma rápida expansão das entidades privadas, sobretudo por via do recurso aos subsistemas de saúde, e dar mais um passo, desta vez decisivo, para uma acelerada desertificação de vastas zonas do interior do país. -----

Além do encerramento de múltiplas maternidades, o Governo pretende eliminar, no imediato, especialidades médicas dos hospitais públicos (endocrinologia e estomatologia), encerrar o Instituto Oftalmológico Gama Pinto, em Lisboa, e ainda eliminar os serviços de cirurgia cardiotorácica no Hospital de Gaia e do Hospital de Santa Cruz, ao mesmo tempo que mantem vultuosos contratos com entidades privadas nesta área. -----

Com esta Portaria, grande parte das maternidades do nosso país vão ser encerradas. Os hospitais do chamado Grupo I só irão dispor de ginecologia e a obstetrícia só existirá nos hospitais do chamado Grupo II. Assim, irão desaparecer até 31/12/2015 as maternidades nos seguintes estabelecimentos hospitalares: Unidade Local de Saúde Norte Alentejo (Portalegre), Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo (Beja), Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (Santiago do Cacém), Centro Hospitalar Cova da Beira (Covilhã e Fundão), Centro Hospitalar de Leiria, Centro Hospitalar do Baixo Vouga (Aveiro, Águeda e Estarreja), Hospital da Figueira da Foz, Unidade Local de Saúde da Guarda, Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, Centro Hospitalar Barreiro/Montijo, Centro Hospitalar de Setúbal, Centro Hospitalar do Oeste (Torres Vedras/Caldas da Rainha), **Centro Hospitalar do Médio Tejo (Abrantes, Torres Novas e Tomar), Hospital de Santarém,**

Hospital Fernando da Fonseca (Amadora/Sintra), Centro Hospitalar do Alto Ave (Guimarães e Fafe), Centro Hospitalar do Médio Ave (Famalicão e Santo Tirso), Centro Hospitalar entre Douro e Vouga (Feira, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira), Centro Hospitalar Póvoa do Varzim/Vila do Conde, Centro Hospitalar Tâmega e Sousa (Paredes e Penafiel), Hospital Santa Maria Maior (Barcelos), Unidade Local de Saúde de Matosinhos, Unidade Local de Saúde do Alto Minho (Viana do Castelo) e Unidade Local de Saúde do Nordeste (Bragança, Mirandela e Macedo de Cavaleiros). -----

Só na zona centro do país existem 3 unidades que desaparecem desde já da lista da citada portaria: Anadia, Cantanhede e Ovar. -----

A declaração emitida recentemente pelo Ministério da Saúde em que garantia que não iria encerrar qualquer maternidade assume uma enorme gravidade porque assenta na mais despudorada mentira. O conteúdo da portaria é muito claro sobre esta e outras matérias. -----

A Portaria é clara e, como tal, é fácil constatar que vastas regiões do nosso país irão ficar sem qualquer maternidade e que as parturientes terão de se deslocar centenas de quilómetros. É um atentado à vida e à segurança de muitos recém-nascidos e respetivas mães. -----

Considerando o atrás exposto, a Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em sessão ordinária a 28 de Abril de 2014, delibera: -----

1 – Afirmar a necessidade de manter um SNS para todos os cidadãos, melhorando o acesso aos cuidados de saúde e lutando contra todas as tentativas camufladas de o querer desmantelar. -----

2 – Afirmar a necessidade de reformar o SNS e continuamente introduzir melhorias na sua organização de modo a prestar cuidados de saúde de qualidade. -----

3 – Exigir a imediata revogação da Portaria n.º 82/2014, de 10 de abril. -----

4 – Exigir que se pare, de imediato e definitivamente, a ação de destruição social encetada pelo Governo. -----

5 – Afirmar a necessidade de se efetuar uma verdadeira reforma hospitalar de uma forma racional, participada e transparente, sobretudo, no que respeita à gestão, à melhoria na qualidade assistencial e à organização dos cuidados, mantendo uma lógica de cobertura em redes de referência, e não apenas o encerramento de camas e serviços. -----

6 - Exigir que a reforma hospitalar e a reforma do SNS sejam feitas ouvindo as Autarquias, que estão sempre disponíveis para juntar esforços e criar sinergias ao serviço das populações que representam e servem. -----

7 - Manifestar a sua total confiança e agradecimento a todos quantos, com o seu esforço, têm conseguido manter níveis de atendimento com qualidade e segurança, vencendo as dificuldades impostas pelos cortes salariais, ultrapassando com ânimo e criatividade os cortes orçamentais e ajudando a vencer o desalento e o cansaço dos utentes que resulta das maiores dificuldades de acesso ao SNS em virtude de uma política nacional de transportes que dificulta e diminui o acesso aos serviços. -----

8 - Reafirmar a autonomia e insubstituível papel do Poder Local Democrático no serviço público de qualidade às populações e no desenvolvimento de Portugal. -----

Mais decide enviar esta Moção: -----

A Sua Excelência o Presidente da República; -----

A Sua Excelência o Primeiro-ministro; -----

A Sua Excelência o Ministro da Saúde; -----

A Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde; -----

A todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República; -----

À Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.; -----

À Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. -----

Interveio **Mário Balsa**: “ Não vou ler a moção uma vez que todos a possuem. ---

No fundo, esta moção do Partido Socialista tenta resumir aquilo que é uma preocupação não só do PS, mas uma preocupação da sociedade atualmente e que se prende com as alterações que a Portaria 82/2014, de 10 de abril, vem introduzir ao Serviço Nacional de Saúde. -----

Esta Portaria e do nosso ponto de vista, cria uma situação insustentável onde a qualidade sairá drasticamente afetada e onde a boa resposta que o Serviço Nacional de Saúde consegue dar à população se verão claramente diminuídas. -----

Podemos ver exemplos disso em sistemas onde não existiam Serviço Nacional de Saúde que estão neste momento a tomar medidas para os adotar em países aonde eles não existiam, que é a melhor forma de reduzir as desigualdades sociais ou uma das melhores formas de manter a coesão social. -----

Nesse sentido, aquilo que está a ser feito ao nosso Serviço Nacional de Saúde é exatamente um retrocesso gigantesco, é a perda de uma capacidade operacional que nós temos e que não é justificável pela palavra reorganização, porque no fundo não é isso que se trata, trata-se de desmantelamento. -----

Esta Portaria o cenário que ela cria foi negado pelo governo, foi dito que era uma mentira absoluta, quando afinal se verifica que a mentira não é a sua existência, o caminho que se pretende é exatamente o desmantelamento e é contra isso que nós estamos a lutar. -----

Com esta Portaria e sendo ela implementada e que está prevista entrar em vigor na sua totalidade até ao final de 2015, há um conjunto de maternidades e de outros serviços em vários hospitais que serão encerrados, serão extintas, nomeadamente no Centro Hospitalar do Médio Tejo e Hospital de Santarém. -----

Aquilo que nós pedimos nesta moção, é que este processo seja travado já, que esta Portaria não seja aplicada, que se dê um passo atrás e se queremos discutir a reorganização do Serviço Nacional de Saúde, que poderá fazer sentido, então que essa discussão seja feita juntamente com as autarquias que têm um papel preponderante naquilo que é o conhecimento do terreno e naquilo que poderão ser as mais-valias apresentadas para que se faça uma reorganização correta do Serviço Nacional de Saúde.

Nos moldes em que ele está, não aceitamos que ela seja posta em prática.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “ Foi com regozijo que vi a apresentação desta moção por parte do PS. -----

É uma moção que nós estamos em condições de a subscrever, só queria acrescentar algumas questões em relação a isto. -----

Estudos que foram feitos e têm sido feitos e alguns deles encomendados pela própria Assembleia da República, dão Portugal como um dos países onde o custo com a saúde é dos mais baixos. -----

Os custos em Portugal são 78% da média dos países da OCDE. -----

Para além disso, Portugal tem mais de três vezes inferiores aquilo que é gasto nos Estados Unidos, temos o exemplo de mesmo com três vezes menos que os Estados Unidos, a nossa população neste momento a esperança de vida é de 80,8 anos, enquanto nos Estados Unidos é inferior 78,7 anos. -----

Portugal consegue ter indicadores extremamente importantes na área da redução de tudo o que é acompanhamento de doenças crónicas, muito superiores à media dos países da OCDE e até na própria Europa fica acima de alguns países de referência, como são os países escandinavos. -----

De referir ainda que, esses custos apesar de serem extremamente mais baixos, conseguiram bons resultados ao fim destes anos todos. -----

A introdução do Serviço Nacional de Saúde permitiu uma diminuição enorme na mortalidade de crianças, que era um problema muito complicado antes do 25 de abril e mesmo após o 25 de abril foi este sistema que foi implementado e permitiu essas reduções e esses indicadores extremamente importantes. -----

Para além disso, os custos com a saúde em Portugal do Estado, rondam à volta de seis mil milhões de euros. -----

Estou de acordo com o que é dito no documento em relação à preocupação que existe com os hospitais e a redução das valências hospitalares. -----

Nós começamos com essas reduções de valências hospitalares ainda na altura do Ministro Correia de Campos, foram duas situações muito complicadas na nossa região, foi a diminuição de valências no Centro Hospitalar do Médio Tejo e foram também as introduções das USF, que criaram um problema grave em termos de equidade no acesso aos cuidados primários de saúde. -----

As USF levaram nalguns casos e nós temos o caso do Entroncamento, há doentes que têm os médicos de primeira que estão integrados na USF e há doentes que têm médicos que não estão integrados na USF, isso cria aqui uma desvantagem de acesso à saúde por parte de alguns cidadãos. -----

Por outro lado, esta lei que estava prevista na altura por Ministro Correia de Campos, previa USF do tipo A e B que se falam mais, mas também previa as USF do tipo C, o objetivo era transitar da A para a B e da B para C e a C era um passo para a

privatização dos serviços primários de saúde. -----

Atendendo aos indicadores, nós há uns anos estávamos em 13º lugar em termos de eficiência do nosso Serviço Nacional de Saúde, somos um País com dificuldades em termos de alguns setores, economia, serviços, mas temos alguns serviços que de facto estão no topo a nível mundial muito bem colocados. -----

Nós vamos aprovar esta moção, chamando à atenção que isto que está aqui, tem a ver essencialmente como uma daquelas imposições que se diz que é a nível de Troika, mas que é extremamente preocupante. -----

Na Faculdade de Ciências de Saúde da Covilhã é uma escola de saúde, deveria ter todas as valências e uma grande parte dessas valências vão ser anuladas ao nível do centro hospitalar aonde se faz a formação?.” -----

Interveio **Luís Grácio**: “ Esta moção do Partido Socialista é pertinente pelo que se está a passar com o nosso Serviço Nacional de Saúde. -----

Curiosamente, agora que fizemos 40 anos do 25 de abril, muitos jornais tiveram o cuidado de fazer a comparação entre o que era antes do 25 de abril nomeadamente na área da saúde. -----

A Visão por exemplo, escreveu um artigo de um psiquiatra, o Gameiro, em que ele fazia um retrato de uma viagem que ele e um grupo de médicos fizeram até ao Alentejo, aonde não havia nada, nem um local para ficarem, ficaram numa camarata homens e mulheres, para socorrerem aquelas populações que nunca tinham visto um médico na sua vida, a não ser nos hospitais. -----

Quando saíram de lá, uma das coisas que eles pediram com aquele espírito muito voluntarista que todos os jovens médicos tinham, é que aquelas populações não ficassem abandonadas porque pela primeira vez tinham tido assistência médica. -----

O que nós estamos a verificar hoje no Serviço Nacional de Saúde é mesmo o abandono das populações. -----

Se nós nos prendermos com os processos migratórios que existem no País, nós sabemos que o Entroncamento em certa medida foi uma cidade de atração migratória, onde gente se deslocava de outros locais para o Entroncamento por razões de centralidade, acesso a transportes e da existência de meios e recursos. -----

Recordo-me quando vim de Lisboa para cá, por opções pessoais e profissionais, tive a opção de poder fazer uma casa na aldeia do meu pai no concelho de Torres Novas, e a opção que me fez ficar no Entroncamento, foi a possibilidade que o Entroncamento me proporcionava na altura de um conjunto de condições que não o tinha na aldeia. -----

O que estamos a verificar hoje na prática, é que ao afastarmos os poucos recursos, estamos na prática a dizer às pessoas vão só para os grandes centros, abandonem o resto do País. -----

Isto é um processo que não é só o Serviço Nacional de Saúde que está em causa, é um processo de despovoamento do País na prática. -----

Se nós olharmos esta Portaria, faz alusão ao encerramento da maternidade em Abrantes, nós podemos até avaliar a opção que foi a deslocação da maternidade de Torres Novas para Abrantes, ela está em Abrantes há pouco tempo e curiosamente, havia mais nascimentos em Torres Novas e isso tinha uma razão de ser, os locais onde efetivamente há mais possibilidades de haver nascimentos e aonde há população mais jovem. -----

Posso dizer que o Entroncamento dos nascimentos que existem no Médio Tejo, concorre com mais vinte por cento, que é uma coisa muito curiosa. -----

A forma como é tratado a locação das valências não têm em conta os interesses das populações, daí a questão da proposta ser pertinente no sentido em que coloca nas

autarquias uma resposta a dar ao ataque que se está a fazer ao Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente no Médio Tejo. -----

Nós vamos votar a favor.” -----

Prosseguiu **José Baptista**: “ Estou a ouvir o debate e estou a ler a Portaria ao mesmo tempo e analisando-a aqui à vossa frente principalmente o quadro das instituições que é isso que me parece mais relevante aqui perceber. -----

O Serviço Nacional de Saúde é como toda a gente sabe, aquilo que é considerado o maior garante do 25 de abril em Portugal e não pode de forma alguma ser posto em causa, mas uma coisa é por em causa o Serviço Nacional de Saúde, outra coisa é organizar o Serviço Nacional de Saúde. -----

O Entroncamento tem uma Unidade de Saúde Familiar, que já foi aqui falado, é dos concelhos que menos queixas têm da população com falta de médico. -----

Olhando para a perspetiva médica da cidade do Entroncamento é por isso é que temos de olhar para esta moção do PS. -----

Acho admirável o Partido Socialista apresentar esta moção, especialmente porque este no governo há três anos atrás, onde fez tudo aquilo e pior do que aquilo que apresenta nesta moção, não percebo, isto foi feito pelo PS do Entroncamento, ou pelo PS nacional, é porque estamos em campanha eleitoral para as eleições europeias e o PS resolveu começar a dizer que o PSD vai começar a fechar maternidades, porque é aquilo que as pessoas sentem mais difícil. -----

Não há dúvida nenhuma que cada vez que é feita uma reorganização de serviços na saúde, é preciso que essa reorganização seja feita de acordo com aquilo que é o mapa do País. -----

O Partido Socialista diz que estamos num tempo de miséria e de insegurança absoluta, e depois diz que há vultuosos contratos com entidades privadas nesta área, contratos os quais, o Partido Socialista fez que na altura concordava e agora não concorda. -----

Na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, há uns anos atrás, nós tínhamos uma comissão de saúde e tivemos o orgulho de ir representar com a Assembleia da República com vários Partido políticos e o membro que representava o Partido Socialista era das pessoas mais compreensíveis com a matéria da saúde, porque sabia que o que se estava a passar com o problema da saúde é um problema contínuo de há muitos anos para cá, porque sabia que não era uma questão de ser este governo ou ser outro. -----

Compreendo que o senhor deputado tenha reticências como todos nós, quanto a esta Portaria, quanto àquilo que pode feito ou pode sair, ou o que é que pode acontecer quando se põe esta Portaria na prática, porque isto pode ser posto na prática e correr bem, ou correr mal. -----

São feitas afirmações nesta moção que não fazem o mínimo sentido, fala das maternidades, já estive a ver os quadros, nós somos um grupo 1 Médio Tejo, depois fala numa série de deliberações que esta assembleia deve tomar e a última é: *Reafirmar a autonomia e insubstituível papel do Poder Local democrático no serviço público de qualidade às populações e no desenvolvimento de Portugal*, nós estamos a falar de saúde ou estamos a falar do Poder Local? -----

Percebo o que é que o senhor deputado quer dizer, aliás o próprio governo já veio dizer que não fechava nenhuma maternidade, nem nenhum serviço de saúde sem falar primeiro com o poder local, mas também acho, que numa moção estritamente sobre saúde, vir cá meter um parágrafo sobre Poder Local, está um bocadinho ao lado. –

Por fim queria perceber se esta moção é uma moção feita para o Entroncamento, ou é uma moção feita pelo Partido Socialista a nível nacional.” -----

Continuou **Pedro Gonçalves**: “ O Portal da Saúde.PT que é um órgão do nosso governo, clarifica algumas das circunstâncias da Portaria em causa. -----

Diz assim: Esta classificação determina a localização das maternidades e eu vou citar, não, a presente Portaria não determina a rede de maternidades. -----

Aos hospitais que perdem valências deixam de prestar cuidados nessa própria área em que perderam a valência, a resposta é não. -----

A Portaria vai reduzir o número valências nos hospitais, não. -----

Estão aqui clarificadas as dúvidas a esta moção, estamos a falar de um Portal que está aqui acessível e muito sinceramente, quando se fala na saúde compreendo que haja preocupações, não compreendo que se misture duas coisas que estão na moção, que é o Poder Local com a saúde. -----

Com um bocadinho mais de trabalho e esforço, eu fiz isto em dois minutos, consegui aceder ao Portal de Saúde e ficar esclarecido.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ Aquilo que foi dito aqui deixa-me preocupado. -----

Nós estamos a falar do Centro Hospitalar do Médio Tejo que abrange vários concelhos do norte do distrito, quando foi concebido o Centro Hospitalar do Médio Tejo eram três hospitais que funcionavam em simultâneo com as suas valências e eram complementares e tinham um corredor que era a A23. -----

De facto esta Portaria não teve participação nem discussão por parte das autarquias, foi feita num gabinete longe das populações e da realidade das populações. –

O PSD acusa o PS de ter sido incompetente na altura em que foi governo, baseamos muitas vezes a política na base de estudos, mas esses estudos estão longe da população, o que é pior é a incompetência do anterior governo que abriu as portas para que isto acontecesse, ou os técnicos que são muito dotados mas não sabem da realidade do País.” -----

Interveio **Pedro Gonçalves**: “ Acerca de falar do Poder Local e algo mais, diz assim: ”O planeamento da rede hospitalar é dinâmico e será desenvolvido de acordo com os recursos disponíveis e as necessidades das populações. -----

Assim, em linha com as redes de referência e sempre que se verifique necessidade de adequar valências assistenciais em determinadas regiões do País, o quadro agora estabelecido poderá ser revisto.” -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pelo Partido Socialista, foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, cinco abstenções do Partido Social Democrata e um voto contra do Centro Democrático Social. -----

Seguidamente **Telma Jorge** apresentou a seguinte recomendação: -----

RECOMENDAÇÃO -----

Depois de décadas a aguardar a sua modernização, a estação ferroviária do Entroncamento merecia melhor sorte. -----

Em vez de alterações de fundo que contribuíssem para a segurança e conforto dos utentes e dos ferroviários que aqui trabalham, apenas se foram vendo remendos de fraca monta ou obras pontuais que, como é o caso da recente construção da passagem superior de acesso às plataformas, ficam longe de cumprir os objetivos que todos desejaríamos.

Neste caso concreto, as soluções adotadas na construção desta passagem, não só ficaram longe de resolver todos os problemas de segurança e comodidade a quem se desloque de e para os comboios e aqueles que aqui trabalham, como ainda agravaram alguns. -----
Assim, -----

- a. Desde logo podemos considerar não estarmos perante uma solução definitiva, por ter deixado de fora a travessia das linhas 9 e 10 bem como os acessos ao museu; -----
- b. A passagem, além do desconforto que tem no subir ou descer de tantos degraus, não tem qualquer proteção contra intempéries; -----
- c. Não foram acautelados os acessos à estação de viaturas de emergência e socorro, ou outras; -----
- d. Esse acesso apenas está garantido pelo lado das instalações do museu até às duas plataformas que servem as linhas 5, 9, 10 e 11; -----
- e. Não foi acautelada a colocação de informação necessária a quem pretende aceder às plataformas; -----
- f. Têm sido constantes as avarias dos elevadores (um deles levava já ontem quatro dias consecutivos de avaria), não deixando assim qualquer alternativa às pessoas que não conseguem autonomamente subir ou descer escadas; -----
- g. Foram retiradas as passagens existentes que poderiam ser alternativa em casos de emergência. -----

Em consequência, propomos que a Assembleia Municipal recomende à Câmara Municipal que interfira junto da Refer no sentido de: -----

1. Quando da futura remodelação da estação do Entroncamento ter em consideração uma nova e melhor solução de acessibilidades às plataformas bem como às instalações do Museu Nacional Ferroviário; -----
2. Reconhecendo como provisória a passagem construída, resolver de forma urgente os problemas acima inventariados e outros que se venham a colocar. -----

Pediu a palavra **Luís Grácio**: “ Esta questão da segurança na Estação Ferroviária do Entroncamento é uma coisa que nos preocupa. -----

O Bloco de Esquerda apresentou inclusivamente na Assembleia da República, a 16 de abril uma pergunta diretamente ao governo, no sentido de saber por que razão é que aquilo tinha sido feito da forma como foi feito e se as condições de segurança estavam asseguradas. -----

Há muito tempo que nós andávamos à espera da intervenção da REFER na estação, aliás, desde o último acidente mortal havia uma promessa de intervenção e essa promessa concluiu-se agora na nossa ótica da pior maneira. -----

A condições da acessibilidade para pessoas com limitações, até mesmo para pessoas sem limitações, são extremamente preocupantes, o número de degraus a subir e a sua inclinação causa problemas a pessoas que tenham mais dificuldade de mobilidade, nomeadamente a pessoas mais idosas e crianças, para já não falar da questão da segurança em caso de sinistro, ou doença súbita. -----

Achamos que esta recomendação é muito pertinente e vamos subscreve-la também. -----

Prosseguiu **Manuel Rodrigues**: “ Concordo plenamente com o senhor deputado Luís Grácio e com a deputada Telma. -----

A nossa estação ferroviária é a que regista maior movimento de passageiros na zona centro do país a par com a estação do Oriente e Santa Apolónia. -----

Trata-se de uma das mais movimentadas estações ferroviárias de Portugal, pela qual circulam diariamente milhares de passageiros. -----

Estações com a dimensão como a do Entroncamento por esse país fora dispõem de passagens subterrâneas que permitem aos passageiros aceder aos cais de embarque em condições de segurança, e no entanto a nossa estação continua a não reunir as condições de segurança exigíveis para uma infraestrutura ferroviária com a sua dimensão e importância. Aliás, existem aqui bem perto de nós estações que movimentam menos pessoas diariamente, que foram há bem pouco tempo alvo de uma reestruturação e modernização e que apresentam neste momento melhores condições de segurança, refiro-me concretamente às estações da Azambuja e de Castelo Branco. -----

A REFER em 2011 fez um estudo, e estou a citar o comunicado de imprensa no site oficial da REFER com data de 27 de abril de 2012: “ para a preparação de um conjunto de ações destinadas à melhoria das condições de segurança na Estação do Entroncamento, com mitigação progressiva do risco nos atravessamentos de nível.” -----

Em resultado deste estudo, em outubro de 2011 foi concluído o seguinte conjunto de trabalhos: -----

- Eliminação de diversos atravessamentos de nível, que foram concentrados num único local; -----

- Dotação desses atravessamentos de pavimento de borracha antiderrapante; -----

- Sinalização sonora e luminosa das linhas onde se praticam as velocidades mais elevadas; -----

Vedação do espaço, em frente às bilheteiras e do parque de estacionamento, de modo a evitar o trespassing. -----

O que não deixa de ser curioso neste estudo que foi realizado, é que não se tenham consultado os responsáveis pela Proteção Civil sobre esta matéria. -----

Este executivo está muito preocupado com esta falta de segurança na estação e nesse sentido tomou algumas diligências. -----

Segundo um comunicado de imprensa a que tivemos acesso na página eletrónica deste Município a REFER vai ser oficiada sobre as condições de segurança da estação do Entroncamento e dos seus utentes. -----

Passo a citar: -----

“ No início do mês de abril entrou em funcionamento a passagem pedonal e elevadores sobre as linhas de caminho-de-ferro e foram colocadas vedações de modo a evitar a violação do canal ferroviário, em locais onde é proibido o atravessamento das linhas, reforçando desta forma as condições de segurança dos utentes e passageiros. -----

As questões levantadas pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento e que são transversais a todo o Município prendem-se com: -----

- O acesso aos meios de socorro em caso de ocorrência de incidentes, sejam eles ferroviários, incêndio ou emergência pré-hospitalar está limitado ou é inexistente com a retirada das passadeiras junto às casa de banho; -----

- Os meios de socorro dos agentes de proteção civil, neste caso, as viaturas de bombeiros, não têm acesso direto aos cais de embarque, tendo de estacionar as viaturas no parque interior da estação e deslocar-se apeados ao local, comprometendo-se assim a sua intervenção; -----

• No caso de existência de uma vítima de trauma ou doença súbita que tenha de ser estabilizada, imobilizada no local e transportada em maca, a evacuação não poderá ser feita através de elevador por não ter espaço suficiente para a utilização deste equipamento, pondo em risco as operações de socorro; -----

• A escadaria de acesso à passagem pedonal por conseguinte às gares, pressupondo a não utilização dos elevadores, tem uma inclinação bastante acentuada para as equipas de socorro, não se tornando viável esta opção, podendo apenas ser “utilizada como recurso.” -----

- Os membros desta bancada foram para o terreno e no dia 26 de abril de 2014, questionando alguns funcionários e utentes da estação ferroviária do Entroncamento a fim de perceber as suas preocupações. -----

De forma muito sucinta ficam algumas das situações que nos foram comunicadas: -----

- Uma menina de 8 anos foi retirada por funcionários da estação do cimo das escadas que dão acesso à passagem superior pedonal porque teve um ataque de pânico motivado por vertigens; -----

- O elevador das linhas 4 e 5 está há uma semana avariado desde o dia 23 de abril; -----

- Já ficaram pessoas presas nos elevadores devido a avarias; -----

- Estes elevadores estiveram montados numa outra estação (Amadora) e os moradores não os quiseram lá; -----

- Em caso de emergência os bombeiros que pretendam entrar pela parte norte da estação, junto à casa dos parafusos a fim de terem acesso às plataformas 9 e 10 podem fazê-lo, têm é de esperar pelo securita que vai a correr abrir o cadeado do portão após este receber a ordem de Lisboa; -----

- Caso haja mudança de linha como muitas vezes acontece com o comboio de Tomar à última hora, como é que uma pessoa com mobilidade reduzida, canadianas, ou invisual tem tempo para fazer o transbordo? -----

- Por vezes quando essa alteração de linha se processa, já o comboio vem na Lamarosa. -----

A Câmara Municipal está não só preocupada com o difícil acesso dos utentes às plataformas da estação, como também com a segurança e o bem-estar de toda a população, que diariamente utiliza esta estação e para tal pretende que sejam feitos todos os esforços, por parte da REFER, para que a Estação do Entroncamento tenha segurança.” -----

Continuou **José Baptista**: “ A recomendação aqui trazida hoje pela temática faz-nos tecer algumas considerações rápidas e que são as seguintes: -----

Este processo de requalificação da estação, não é uma verdadeira requalificação, é um remendo momentâneo que foi em tempos prometido pela REFER que é quem detém o património ferroviário para melhoria da estação do Entroncamento enquanto ela não fosse recuperada, construída de novo, feita uma nova estação, etc. -----

Pelas queixas que foram aqui feitas e que todos nós já constatámos, que certamente há coisas que podem estar a funcionar menos bem e portanto, faz todo o sentido que esta câmara delibere no sentido de a recomendação que é aqui apresentada. -

Para todos os efeitos não há brincadeiras com a segurança, a segurança é a coisa mais importante e se isto não funciona, está mal. -----

A moção que foi lida e proposta pelo Bloco de Esquerda e que já noutros tempos o vereador Carlos Matias tinha trabalhado no executivo estas matérias em conjunto com o anterior Presidente, não é uma questão de partidos, é uma questão de toda a cidade e

portanto, contará com o apoio desta bancada para diligenciar em todo o sentido para aquilo que for possível fazer. -----

Não é muito relevante se o elevador veio da Amadora se veio da linha da Beira, nem se os utentes o quiseram lá, a REFER não tira uma passagem superior destas com os custos que isso acarreta, há razões lógicas para isso acontecer.” -----

Intervio **Pedro Gonçalves**: “ Da nossa parte, obviamente que vai ter também o parecer favorável, esta recomendação faz todo o sentido. -----

De salientar uma coisa, Entroncamento Cidade Ferroviária, acho que a REFER não tem essa noção e não nos dá o valor devido a este slogan que nós usamos, não só no Entroncamento, como em todo o País, não é condigna esta passagem superior com a nossa própria designação.” -----

VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO -----

A recomendação apresentada pela Coligação Democrática Unitária, foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia -----

Seguidamente **Luís Grácio** apresentou a seguinte Proposta de Recomendação: --

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

O evidente e preocupante afastamento dos cidadãos da vida política obriga a um crescente esforço de articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa. -----

A par da responsabilização dos órgãos autárquicos, é cada vez mais reconhecido o papel do envolvimento direto dos cidadãos nas opções da vida da comunidade. -----

Trata-se, por um lado, de tomar decisões que respondam a efetivas preocupações e carências da comunidade. Por outro lado, há uma maior responsabilidade dos cidadãos da manutenção e conservação de infraestruturas e equipamentos resultantes da sua própria iniciativa. -----

No plano local, o esforço de maior envolvimento dos cidadãos deve ser desenvolvido pelas autarquias, em particular pelas câmaras municipais. Nesse sentido, várias autarquias têm vindo a tomar iniciativas, de que se destaca a promoção de orçamentos participativos. -----

Em graus, sob formas e com resultados diversos, várias câmaras municipais têm incentivado o debate e transferido para os munícipes a decisão sobre a aplicação concreta de uma parte do orçamento municipal. -----

Estes são normalmente processos demorados, até pelo seu frequente pioneirismo. Exigem recolha de informação sobre experiências anteriores, no país e no estrangeiro, envolvimento de protagonistas muito variados, uma boa e atempada preparação, uma execução sem falhas.-----

A Assembleia Municipal do Entroncamento recomenda à Câmara Municipal que o próximo Orçamento e Plano para 2015 já integrem decisões resultantes de um Orçamento Participativo, iniciando-se em tempo os preparativos nesse sentido. -----

Continuando referiu: A nossa proposta vai no sentido de que o próximo orçamento contemple uma área de participação popular, aquilo que é chamado o orçamento participativo é uma das formas de chamar para junto das autarquias os nossos munícipes, todos nós sabemos infelizmente, o afastamento que cada vez mais existe por

orçamento participativo é uma das formas de chamar mais junto às autarquias os nossos municípios, todos nós sabemos infelizmente, o afastamento que cada vez mais existe por parte das populações dos seus representantes e da forma como expressam as suas opiniões nos processos eleitorais. -----

Achamos de todo o importante fazer outros caminhos, caminhos de proximidade e de participação popular. Esta experiência de orçamentos participativos não é nova, já é feita em muitos lados no nosso País, já há alguns municípios com alguma experiência nesta área e positiva. -----

Como é um processo novo no nosso caso, nós aconselhamos e daí a recomendação que ele comece a ser tratado desde já, para que no próximo orçamento possamos ter algo de orçamento participativo como uma novidade.” -----

Pedi a palavra **Pedro Gonçalves**: “ Pela parte do CDS-PP do Entroncamento nós congratulamo-nos bastante porque vai de encontro ao discurso que fiz na sessão solene, com o afastamento dos cidadãos da política local. -----

Fico agradado, contemplava esta proposta no nosso programa eleitoral, não com este nome mas com outro nome, por isso, e sendo uma coisa feita com o devido tempo, aproveitando esta arma para conquistar as pessoas para participarem, será de todo positivo.” -----

Interveio **António Ferreira**: “ Esta modalidade teve início nos anos oitenta no Brasil, com a chega ao poder do Partido dos Trabalhadores e teve uma importância no âmbito de uma corrupção enorme que havia no Brasil. -----

Adaptarmos isto à nossa realidade, como anos que evoluíram e aquilo que se está a praticar neste momento, é totalmente diverso disto. -----

Nós não temos a realidade do Brasil nos anos oitenta, nós temos um Poder Local Democrático, com uma participação enorme por parte da população, com uma participação que se nota nas assembleias de voto, tirando esta última por motivos de descontentamento, mas geralmente, a participação dos cidadãos quer no ato eleitoral, quer em todos os atos anteriores que é na participação com forças vivas na feitura dos programas eleitorais, já aqui temos uma situação muito diversa daquilo que era no Brasil. -----

Por outro lado, também depende muito da participação dos cidadãos e da política dos partidos no realizar de condições para a participação na discussão daquilo que são os orçamentos das câmaras e freguesias. -----

Nós, contrariamente ao Brasil, temos freguesias e não é nas freguesias muitas vezes que se aprende os primeiros passos da política e isso envolve milhares e milhares de cidadãos no País. -----

Essa participação começa nas freguesias, passa para os concelhos e nesses concelhos há quem faça como a CDU, que faz uma discussão abrangente nos seus municípios com as populações, presta contas às populações, enriquece os seus projetos e os seus orçamentos com a opinião das associações e forças vivas nos concelhos. -----

Portanto, mascarar isto com aquilo que fazem alguns concelhos do País, que é arranjar umas migalhas de alguns milhares de euros para que os cidadãos possam decidir sobre a aplicação desses milhares de euros, quando a maior parte do bolo é definido pelas câmaras, mais ou menos participado nos executivos, nas assembleias, aí é que deve haver esse orçamento participado. -----

Este Poder Local Democrático, da forma como tem vindo a ser implementado, enriqueceu muito a nossa vivência local e enriqueceu muito a qualidade de vida das nossas populações, porque é de facto participado. -----

Nós não vemos grande interesse nesta proposta do Bloco de Esquerda, porque a nossa visão não se limita a umas migalhas para os cidadãos se pronunciarem, nós queremos que a população participe nos orçamentos.” -----

Prosseguiu **José Baptista**: “ Esta foi uma das propostas do Partido Social Democrata e portanto, vamos obviamente aprová-la. -----

Custa-me muito entender esta dificuldade que o Partido Comunista tem, em aceitar que os cidadãos tomem decisões do exercício normal dos órgãos autárquicos, além de votarem de quatro em quatro anos, é uma coisa que não se consegue compreender. -----

Isto acontece numa série de municípios aonde os orçamentos participativos funcionam muito bem, e se calhar, o que nós precisamos de fazer nesta casa é levar os nossos eleitos da CDU à Câmara de Cascais ou outras, para perceber como é que funciona realmente um orçamento participativo. -----

Esta recomendação contará com o apoio da nossa bancada.” -----

Continuou **Mário Balsa**: “ Naturalmente que é uma proposta que vinha contemplada no nosso programa eleitoral e por isso mesmo, não nos opomos a ela e votaremos favoravelmente esta recomendação do Bloco de Esquerda, no entanto com uma ressalva que se prende com a evolução da aplicação da mesma proposta, não sendo uma proposta que já no início se torne vinculativa em termos de valores o que quer que seja, vamos analisar o quadro da autarquia e aplicá-la, do nosso ponto de vista acho que deve ser aplicada de uma forma consciente, de uma forma ponderada, devidamente valorizável e deve ser aplicada e essa será a posição do Partido Socialista.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “ Colocar as questões como o senhor deputado do PSD colocou, uma forma de trabalho que não é nossa, pode ser do PSD e é aquilo que o PSD quer neste momento e outras forças políticas de direita, quer restringir a participação das populações, quer nos executivos, quer na destruição de freguesias, quer colocar as freguesias mais longe das populações, isso sim, é limitar a participação das pessoas na vida ativa das suas localidades.-----

Aquilo que o PSD pretende de facto e não só o PSD, neste momento aquilo que está no Livro Verde, é uma redução substancial dos eleitos, da participação das populações locais e inclusivamente a redução do número de eleitos nos executivos, a limitação das forças políticas nos executivos, isso sim, é limitar a participação democrática das pessoas. -----

Por outro lado, é mentira, nós colocamos sempre nos nossos concelhos, uma participação por parte da população e prestamos contas perante a população, nas freguesias e nos concelhos. -----

Nós recusamos que a participação no orçamento, se limite a umas migalhas.” –

Interveio **Luís Grácio**: “ O que nós aqui propomos é começar um caminho, e o caminho faz-se caminhando. -----

Aqui ninguém propôs migalhas, estamos a propor a participação da população.-

Isto pode até ter vindo do Brasil, segundo parece em Espanha a Esquerda Unida desenvolveu muito isto em Sevilha, pode vir de muitos lados, uma coisa é certa, nada isto é contrário à participação da população nos atos eleitorais, pelo contrário, reforça a participação da população.” -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

A proposta de recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro

Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e três abstenções da Coligação Democrática Unitária. -----

Passou-se de imediato ao Período Antes da Ordem dos Trabalhos -----

Pediu a palavra **Pedro Gonçalves**: “ Em primeiro lugar queria dizer que é uma honra para mim poder representar o CDS-PP e principalmente os cidadãos que nos confiaram o voto. -----

Enquanto deputado municipal, tanto na assembleia como no executivo, podem contar comigo, como com o CDS-PP Entroncamento para vos apoiar quando assim o entendermos e verificarmos que realmente cidadãos e população ganham com isso, bem como votarmos contra quando entendermos que não haverá real benefício para a cidade e cidadãos. -----

Estaremos aqui para fiscalizar o cumprimento das promessas feitas durante a campanha e para sermos a voz dos nossos cidadãos que a nós nos façam chegar as suas preocupações, problemas, ou sugestões. -----

Dando então voz a alguns dos cidadãos que votaram em nós e algumas preocupações do próprio CDS-PP Entroncamento, ou seja, se são do cidadão também são do CDS-PP Entroncamento, tenho algumas questões para colocar ao Presidente do Executivo, que gostaria que elas pudessem ser respondidas na informação do Presidente.

Casal Vaz, os habitantes desta zona da cidade estão um pouco preocupados e acima de tudo bastante desiludidos, a requalificação da Rua Elias Garcia está há demasiado tempo parada, para quando o final da requalificação ou se o Casal Vaz não pertence à cidade para as pessoas. -----

O troço que está a ser requalificado, encontramos melhores caminhos em certos caminhos florestais. -----

Ao analisar a informação do senhor Presidente, saltou-me aos olhos alguma coisa premente que na página onze, que diz: Manutenção de pavimentos em arruamentos com massa de emulsão, em primeiro lugar emulsão asfáltica ou betuminosa, em segundo lugar onde. -----

Existem vários sítios onde os buracos nos arruamentos neste momento são os próprios arruamentos, posso citar: Rua José Afonso, Rua Leonardo da Vinci, foram dois cidadãos que nos falaram acerca disto, mas existem muitos mais sítios onde os buracos não foram tapados, mas na informação do senhor Presidente diz que houve a manutenção dos mesmos. -----

Para quando uma solução efetiva, para quando uma solução urgente de preferência para resolver o problema de uma vez por todas. -----

Existe um edifício entre a Rua Elias Garcia e a Rua Chaimite que ruiu, realmente ele foi limpo, mas o edifício não ruiu na totalidade, não sou engenheiro para analisar, mas consigo verificar que a única parede que está a segurar o teto está inclinado e está premente a queda, alguma coisa tem de ser feita, não basta limpar o que caiu, não basta chegar lá limpar e mandar o entulho lá para dentro, é preciso tomar uma solução o mais urgente possível para bem das populações.” -----

Interveio **Marisa Parreira**: “ Queria aproveitar para perguntar e gostaríamos que nos fosse dada alguma informação por parte do senhor Presidente da Câmara sobre a cessação do procedimento concursal para três assistentes operacionais na área da educação, gostaríamos de saber como está ou como ficou este concurso. -----

Gostaríamos de fazer uma declaração sobre o 1º de Maio. -----

DECLARAÇÃO -----
Comemora-se o 1º de Maio como Dia Internacional dos Trabalhadores, uma incessante, dura e heroica luta dos trabalhadores de todo o mundo pelos direitos e pela emancipação

do trabalho, por uma sociedade em que o trabalho, finalmente livre da exploração, constitua a realização plena das capacidades criadoras do ser humano. São muitos anos de fulgurantes avanços, de dolorosos recuos, de tenaz resistência dos trabalhadores. Enquanto persistir a exploração, nenhuma conquista dos trabalhadores é definitiva ou está segura. O 1º de Maio e as suas palavras de ordem universais foram historicamente construídos sob a mais violenta repressão, ao preço de incontáveis lutas, sacrifícios, vidas perdidas. Consolidou-se a cada avanço dos povos na conquista das liberdades. Sofreu e sofre recuos de cada vez que as circunstâncias históricas permitem ao grande capital passar à ofensiva. Este dia, o 1º de Maio, tornou-se a mais alta bandeira da afirmação universal dos direitos do trabalho e do internacionalismo de combate contra a exploração capitalista. -----

Se o 1º de Maio se afirmou como a mais poderosa jornada de resistência antifascista, também constituiu de entre os dias que se seguiram ao 25 de Abril, a mais impressionante jornada de massas de toda a nossa história. -----

No dia 1º de Maio de 1974 o povo português nas ruas confirmou o rumo popular e democrático do levantamento iniciado pelos militares de Abril, e contribuiu de forma decisiva para a transformação do levantamento militar em processo revolucionário. -----

Em poucos dias, todos os direitos e liberdades fundamentais foram repostos e começaram a ser exercidos. O salário mínimo nacional, que não exista, foi instituído ainda nesse mês de Maio, abrangendo mais de 50% dos trabalhadores, em muitos casos com aumento dos seus salários para o dobro do que ganhavam até aí. E nos contratos coletivos conquistados nos tempos que se seguiram, novas reduções da jornada de trabalho e numerosos novos direitos vieram a ser consagrados. -----

Hoje, no nosso país e no plano mundial, fizemos recuos, persistem e em alguns casos agudizam-se razões para a luta. E, em aspetos essenciais, continuam a ter como um dos eixos principais o horário de trabalho. O patronato, que nunca se conformou com a jornada de oito horas e a semana de cinco dias, recorre a todos os meios, legais e ilegais, para intensificar a exploração dos trabalhadores e alargar o horário de trabalho. -----

A situação que o país enfrenta hoje e com que estão confrontados milhões de portugueses, refletindo os efeitos da crise do capitalismo e o aprofundamento da integração europeia, tem na política de direita um fator de agravamento. A liquidação da capacidade produtiva, a profunda regressão social e as gritantes desigualdades que percorrem o país têm rosto e responsáveis. PS, PSD e CDS convergem e sustentam uma política que não só não dá resposta aos problemas do país como acentua o desemprego, a precariedade, os baixos salários e pensões, ao mesmo tempo que promove a acumulação de milhões de euros por parte dos grandes grupos económicos e financeiros. É natural que no 1º de Maio os trabalhadores celebrem com alegria e em festa a expressão viva da sua força coletiva e da sua solidariedade de massas, E é igualmente natural que reivindicações que não se situem estritamente no plano da luta dos trabalhadores procurem alcançar projeção junto das massas populares. Mas o 1º de Maio é ação dos trabalhadores voltada para o futuro, é a jornada internacional da solidariedade dos trabalhadores na luta pela sua emancipação. É sobre a centralidade dessa emancipação, e não diluindo-a, que todas as outras mudanças sociais terão condições para ser alcançadas. -----

Assim, queremos fazer um apelo à participação na manifestação da CGTP em Santarém às quinze horas. -----

Usou da palavra **José Baptista**: “ Três pontos à consideração e para os quais agradecemos a resposta do senhor Presidente da Câmara. -----

Analisando a ata da última sessão ficamos com a sensação de que houve perguntas que foram feitas e que não foram respondidas e portanto volto a colocar a questão na expectativa que não aconteça o mesmo que aconteceu na última reunião, que é sairmos daqui e o senhor Presidente não responder às perguntas que lhe fizemos. -----

Pergunto de forma clara, foram libertadas as garantias bancárias aos bares do Centro Cultural, as garantias bancárias foram libertadas de acordo contrariamente àquilo que foi o contrato estabelecido, outorgado com os proprietários dos bares que fizeram a concessão dos bares do Centro Cultural, e portanto o Município do Entroncamento ficou defraudado de qualquer forma de em caso de incumprimento por parte dos proprietários puder ser ressarcida no momento. -----

Pergunto: O Município do Entroncamento está salvaguardado quanto a esta decisão? -----

Esta decisão é para todos os concessionários de espaços da autarquia que estão concessionados, ou é só para os dois bares do Centro Cultural? -----

Gostava de perguntar ao executivo e ao senhor Presidente, se concorda com as palavras do deputado Mário Balsa, que no 25 de Abril nos disse que há falta de auxiliares de ação educativa nas escolas. -----

Portanto, visto que o executivo municipal contrariamente ao que esta Assembleia Municipal deliberou, resolveu cancelar um processo de recrutamento de assistentes operacionais que não seriam pagos pelo município, seriam pagos pelo Ministério da Educação. -----

Pergunto: O senhor Presidente da Autarquia, os senhores Vereadores concordam que há falta de auxiliares de ação educativa nas escolas, como disse o senhor deputado Mário Balsa no 25 de Abril? -----

Já agora pergunto o que é que se passa com o concurso, que esta assembleia não permitiu que fosse terminado e pelos vistos, não se soube o que é que se passa com esse concurso. -----

Pergunto ao senhor Presidente: A aquisição de bens e serviços, da qual eu falei mas também questionei na última assembleia, de um projeto para construção de uma ciclovia no montante de 17.160.00 euros mais IVA, por parte do executivo municipal, depois de janeiro deste ano, foi feita com ou sem consulta de mercado por parte do executivo e foi feita a quem? “ -----

Proseguiu **José Leote**: “ Tal como tinha sido recomendado pela assembleia, para que as comemorações do 25 de Abril tivessem dignidade, queria aqui congratular-me da forma como as comemorações decorreram. -----

Penso que as comemorações foram cheias de dignidade, tiveram novidade, tiveram de certa forma alguma ousadia e sempre perto da população e portanto, queria aqui, dar de facto os parabéns à organização na figura do senhor Presidente da Assembleia e da Câmara Municipal, por os 40 anos do 25 de Abril foram comemorados com toda a dignidade e com alguma frescura. -----

Outra iniciativa da Câmara Municipal que decorreu recentemente com a recolha de muitas viaturas abandonadas na via pública, é de louvar esta iniciativa, limpa um pouco a imagem da cidade, cria novos espaços de estacionamento. -----

Espero que este esforço de retirar da via pública as viaturas abandonadas continue, e já agora, que retire não só as viaturas, mas também muitos monos que existem por aí na via pública, que só fazem poluição visual.” -----

Continuou **Ezequiel Estrada**: “ Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, e como membro eleito para a Associação Nacional de Freguesias, compete-me informar esta assembleia que no dia doze de abril

decorreu no Auditório da Assembleia Distrital de Santarém, a eleição dos corpos para a Delegação Distrital de Santarém, o que já não acontecia há quatro anos, com os órgãos eleitos precedidos logo da tomada de posse. -----

Neste momento está constituída a nossa Delegação Distrital da Associação Nacional de Freguesias, esta situação teve a participação do deputado aqui presente, António Ferreira, que colaborou com conjugação de esforços numa lista consensual, tripartidária PS, PSD e CDU. -----

Dizer que contatei o senhor Presidente da Câmara e que se mantém a possibilidade de que, fique sediada a sede da delegação no Entroncamento, concretamente na Rua da Junta de Freguesia. -----

Dizer também, que o Presidente da Junta de Freguesia Rui Maurício está também envolvido no processo, uma vez que fica junto às suas instalações.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “ Vou ser breve, são só perguntas que gostaria que fossem respondidas ou que fossem tidas em atenção e que fossem fornecidos os devidos documentos. -----

Em relação à jornada de 35 horas, gostaria de saber qual o ponto da situação da assinatura dos acordos coletivos e a preocupação que esses acordos sejam feitos com o STAL que é o sindicato mais representativo na câmara e não pode ser posto à margem. –

RESITEJO, gostaríamos de ter acesso à proposta de regulamento que foi enviado para as câmaras há uns meses, segundo aquilo que me constou, essa proposta de regulamento é uma proposta muito preocupante em relação ao futuro daquela associação. -----

Novo Quadro Comunitário, foi-nos dado algumas informações pelo senhor Presidente, mas gostávamos de ter alguma informação escrita, para termos uma ideia de quais são as áreas mais importantes do ponto de vista do município e dos outros municípios. -----

Delegação de Competências, também gostávamos de saber em que ponto é que está situação com as freguesias, saber se já se avançou com alguma proposta para as freguesias. -----

Informação das reuniões permanentes, aqueles documentos que nós vemos na reunião permanente dos ofícios que vão chegando, nós temos solicitado alguns documentos e eles não têm chegado, agradecia que da próxima vez isso não aconteça, porque alguns dos documentos são fundamentais para a nossa atividade e alguns documentos do PCP particularmente são importantes e podemos comunicar aos outros eleitos aqui presentes. -----

Comemorações do 25 de Abril, as comemorações foram bem organizadas, espero que não sejam só para este ano que sejam apresentadas desta forma, espero que o formato se mantenha em anos seguintes também.” -----

Referiu o Senhor **Presidente da Assembleia**: “ Estive alguma responsabilidade nisto como sabem. -----

Foi criada uma comissão por mim, pela senhora Vereadora Tília e pelo Chefe de Gabinete do senhor Presidente, que funcionou da melhor maneira possível, tivemos a colaboração de todos os funcionários e procurou-se com poucos recursos as comemorações terão ficado num valor inferior a dois mil euros e portanto, procurámos fazer o melhor possível e julgo que foi conseguido, utilizando os menores recursos possíveis e isso só foi possível com a ajuda e colaboração das associações.” -----

Proseguiu **Manuel Martins**: “ O que a bancada pretende é fazer uma congratulação ao executivo da Câmara do Entroncamento: -----

CONGRATULAÇÃO -----

Conforme foi noticiado em diversos órgãos de comunicação, no passado dia 22 de abril, a Câmara Municipal do Entroncamento procedeu ao corte de fornecimento de água a diversos municípios, por falta de pagamento ou falta de cumprimento do acordo de pagamento faseado. -----

Não sendo tal situação, em condições normais, motivo de grande regozijo, no caso em concreto é realmente uma atitude de coragem e determinação, pois vem pôr termo a anos de inércia e de ineficácia do anterior executivo no que a esta matéria diz respeito. Isto porque, pelos vistos, existia no Entroncamento quem beneficiasse de tratamento especial, não estando sujeito aos mesmos deveres que os restantes municípios. Tal resultou numa dívida acumulada por falta de pagamento do fornecimento de água que ascende a mais de 60.000,00 euros, quantia essa que em grande parte não pode mais ser cobrada, por se encontrar legalmente prescrita! E agora, quem paga? O Município, ou seja, todos nós! -----

Porém, como todos nós já perceberam, que de ora em diante a realidade será outra, e os municípios que queriam reclamar os seus direitos, terão também que cumprir os seus deveres, pois só assim poderá haver igualdade e solidariedade, características essenciais para a manutenção do estado social que todos defendemos. Também no mercado semanal as regras começam a ser cumpridas, ao contrário do que acontecia no passado, onde havia casos de pagamentos com atraso de 2 e 3 anos e feirantes com dívidas que ascendiam a mais de 1.000,00 euros! Atualmente, já foram recuperados cerca de 20.000,00 euros de pagamentos em atraso, e todos os feirantes que vendem na feira pagam o terrado e têm as contas em dia ou têm acordo feito nesse sentido. Só não se entende porque se deixou chegar a situação a este estado... -----

Assim, a bancada do Partido Socialista com assento na Assembleia Municipal do Entroncamento congratula-se com a Câmara Municipal do Entroncamento pela atitude e forma como está a lidar com os incumprimentos reiterados de alguns municípios, a fim de que todos sintam e saibam que somos todos iguais, com os mesmos direitos e deveres, e que todos temos que contribuir, cada um à sua medida, para que o Entroncamento seja uma cidade cada vez melhor. -----

Passou-se de seguida à intervenção do público. -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Pediu a palavra **Mário de Matos Rodrigues:**” Existe ao topo da Rua Estados Unidos da América que conflui com a Rua Raúl de Matos Torres, uma passagem quotidiana de crianças, que se encaminham para a escola primária e não existe nesse local, creio ser um dos locais mais perigosos, porque se trata de passagem de crianças, creio que não será por falta de dinheiro, que tal passagem não será feita. -----

A nova rotunda que foi elaborada na Rua de Timor, uma das entradas fulcrais para quem vem do lado sul e entra na cidade e não vá direito à estação, e quando chegam àquela rotunda, questionam onde é que fica o mercado, as finanças, o centro, o Tribunal etc., não há placas indicativas.” -----

Prosseguiu **José Nogueira:** “ Irei certamente repetir, na medida em que foi um assunto que já foi aqui debatido no período de antes da ordem do dia, relativamente ao assunto que se prende com a estação Entroncamento. -----

No entanto, queria ir um pouco mais além daquilo que foi a moção aqui apresentada e votada por unanimidade. -----

De facto o Entroncamento tem sido ao longo dos anos um parente pobre, votado ao esquecimento em toda a linha do Norte de ponta a ponta. -----

A nossa estação é de facto um dos nós mais importante do eixo da linha do Norte, marco histórico, representa por si só a história da ferrovia em Portugal e isso só

por si, parece que não é o suficiente para que o executivo nacional decidir sobre as linhas de orientação, que têm que ser dadas à segurança que todos nós merecemos. -----

Muito pedimos para que a estação tivesse obras, muito pedimos e obras que nunca chegaram, muito pedimos por uma passagem aérea, muito pedimos por uma passagem desnivelada e finalmente a tão ansiada passagem aérea chegou, francamente com o devido respeito, preferia que ela não tivesse chegado, porque foi um tiro no sapato. -----

Identifico-me como engenheiro civil, não porque me queira destacar em relação aos presentes, não é essa a minha intenção, até porque das moções e de todo o articulado que ouvi, ouvi frases de que gostei, designadamente meios de socorro, caminhos de emergência, forma de evacuação, terminologia que não é hábito nós ouvirmos do cidadão comum. -----

Dei-me ao trabalho, por ouvir muita gente dizer que as escadas são excessivamente muito altas, de contar os degraus apenas e só para tentar perceber se de facto as escadas são altas ou não e cheguei à conclusão que não são, pelo simples facto de que contei onze degraus nos quarenta e nove que ela tem, acima da cota da última linha que tem a catenária, cheguei à conclusão que ela não é alta, ela é alta porque tem de ser alta. -----

Quarenta e nove degraus com os do outro lado faz noventa e oito degraus, se acontecer alguma coisa a alguém, coitado do bombeiro. -----

Uma escada ingreme que causa vertigens a quem a tenha que percorrer de lado para o outro, qual o iluminado que em Lisboa se lembrou de fazer uma escada cujo espelho não é tapado. -----

O que acho mais impressionante, é com uma obra daquelas, tendo alguém na capital responsável por ela, que obrigatoriamente tenha que ser engenheiro, mas que não vou chamar de meu colega, que comete tamanhas patifarias em termos de engenharia, não prevê minimamente as respetivas saídas de emergência, não se preocupa minimamente com a segurança das populações, não se preocupa minimamente com o socorro, não calcula minimamente o esforço que as pessoas têm que fazer no respetivo atravessamento, não imagina sequer meios alternativos em caso de avaria dos elevadores, em caso de falha de energia elétrica eles não funcionem, ou seja, caso haja essas dificuldades toda a gente vai ter que sair pelo Santo António, isto é um atentado à liberdade. -----

Aquilo que não consigo perceber, como é que ninguém deu por isto, chamo a isto incompetência e sei aonde é que ela está. -----

Pela primeira vez na minha vida, preferia que aquelas obras não tivessem sido feitas, porque neste momento, a população do Entroncamento corre um risco como nunca correu na vida, de que qualquer coisa que se passe na estação do Entroncamento é uma verdadeira bomba que está ali dentro. -----

Acesso rodoviário há apenas um que chega à linha número onze. -----

Aina bem que a moção foi aprovada por unanimidade, mas queria deixar um alerta muito importante, a estação do Entroncamento neste momento, corre um risco como nunca correu na vida dela, que até transportar uma simples maca por aquelas escadas, se torna uma missão quase impossível. “ -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “ Quero apresentar uma situação que é a retirada de um ponto da ordem dos trabalhos e passo a citar e é importante para que percebam. -----

O ponto número seis da ordem dos trabalhos estabelece que nós devemos apreciar e votar as contas referentes ao ano de 2013, aliás, esta é a assembleia onde isso deveria e deverá ocorrer. -----

Foi com esse objetivo que foi feito o edital e aprovado na comissão permanente, porque sabíamos que as contas iam dia catorze ou quinze à reunião de câmara para serem aprovadas. -----

Falei com os líderes das bancadas em relação a este assunto, a Assembleia Municipal não aprova contas, a sua aprovação são da responsabilidade do executivo e portanto, as contas até ao dia trinta de abril terão que ser enviadas para o Tribunal de Contas, o documento que foi aprovado no executivo com a certificação do Revisor Oficial de Contas. -----

O que nós fazemos aqui na assembleia e o que o legislador deixou para a assembleia, é que a assembleia faça uma mera apreciação, um juízo de valor sobre as contas, porque a assembleia teve o cuidado de aprovar um orçamento e no fim vai fazer uma avaliação como correu a aplicação. -----

Aconteceu que a câmara remeteu-nos um documento que é o documento contabilístico que levou à reunião de câmara, trata-se das contas que foram aprovadas em reunião de câmara. -----

Acontece e aqui a mesa fez uma avaliação, a lei é muito clara relativamente a isso e referi no documento que apresentei aos líderes das bancadas, não só a Lei nº 75/2013, mas também o nosso regimento, refere que cabe à assembleia fazer uma apreciação dos documentos que nos são enviados pela câmara e verificar a sua conformidade com a lei de forma a pô-los em votação. -----

Relativamente a este documento obviamente que ele não está em condições, na nossa perspetiva de ser apreciado e votado, porque o documento apresenta tão-somente, o documento contabilístico, contas essas que não se encontram certificadas pelo Auditor Externo, e também não é apresentado o relatório, o parecer do Revisor Oficial de Contas, que é obrigatório. -----

A Lei das Finanças Locais, que é a atual Lei nº 73/2013, quer a Lei anterior de 2007, eram muito perentórias em relação a isto, os documentos que devem ser presentes à assembleia, para que a assembleia aprecie e faça um juízo de valor e os vote, o que é certo, é que deve vir estes três elementos: as contas que devem ser certificadas e deve vir o parecer do Revisor Oficial de Contas. -----

Nós soubemos e acompanhamos isto na comissão permanente, não é estranho para ninguém, houve uma situação de algum conflito entre o executivo e o Revisor Oficial de Contas, não vou entrar em detalhes, mas vou dizer que a câmara entendeu denunciar o contrato com o Revisor Oficial de Contas, porque os revisores que fazem parte de sociedade, parece que são funcionários públicos aposentados, e de acordo com o estatuto da aposentação estão impedidos de desempenhar esta tarefa. -----

Foi com base nisto, com base no parecer da Caixa Geral de Aposentações, com base numa série de informações e também no parecer jurídico da jurista do município, que a câmara entendeu que devia denunciar o contrato. -----

Acontece que o Revisor Oficial de Contas, respondeu à assembleia a dizer que está em condições e não se sente que há aqui incompatibilidade nenhuma de fazer a certificação das contas, ou seja, posições divergentes que terão que ser resolvidas por quem criou esta divergência e acredito que o executivo terá todo o interesse e está a trabalhar nesse sentido, para que esta situação seja resolvida. -----

Nós não ficaríamos bem com a nossa consciência, se não trouxéssemos este assunto aqui, e não disséssemos que o documento que nos foi enviado pela câmara é um

documento que viola, do ponto de vista legal, formalmente não está conforme é referido na Lei das Finanças Locais e portanto, na nossa perspectiva, não está em condições de ser apreciado por esta assembleia. -----

Admitir o documento, mesmo que pudéssemos votar contra, dizer que estamos contra este documento por ele não está conforme a lei, isto era estar a admitir o documento, que à partida não reúne os requisitos sequer para ser apreciado. -----

Antes que se entre aqui noutras questões, obviamente que é o órgão que vai decidir sobre a retirada deste ponto, como sabem, de acordo com a lei, são necessários dois terços dos membros da assembleia para retirar ou acrescentar um ponto à ordem do dia, e portanto, nessa perspectiva, o que a mesa propõe é que, seja retirado este ponto da ordem do dia, sejam devolvidos os documentos à câmara municipal porque está a tratar do assunto para que o mais breve possível as contas possam ser certificadas, como têm que ser de acordo com a lei, e o documento nos seja presente para então fazermos a justa apreciação do documento. -----

Na nossa perspectiva não poderemos apreciá-lo pelas razões que indiquei. -----

Penso que fui claro na minha exposição, ele consta de um documento que enviei a todos os líderes das bancadas, aliás, conversei com uns pessoalmente, com outros pelo telefone, mas fiz questão de conversar com todos. -----

Quero-vos dizer também, que sobre este assunto, no dia 25 de abril conversei com o senhor Presidente da Câmara, dizendo qual era a posição que tínhamos assumido e hoje fiz questão de conversar também com o Revisor Oficial de Contas dizendo-lhe o que é que se estava a passar, sem tentar influenciar, digamos que falei com todas as partes envolvidas neste assunto. -----

A posição da mesa é clara, e por todas as razões expostas, coloco à consideração desta assembleia a retirada do ponto seis da ordem dos trabalhos, de forma a que não sejam votadas as contas, atendendo a que violam a lei e não estão em condições de ser apreciadas por este órgão.” -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “Agradeça a sua atenção em ter contactado as bancadas relativamente a este ponto. -----

Aquilo que lhe disse pelo telefone, digo-lhe agora novamente para esta assembleia assistir. -----

Quando foi votado no executivo municipal este ponto que agora vem à assembleia municipal, a vereadora do PSD alertou o executivo de que o documento não podia ser votado e era ilegal porque não tinha o parecer do Revisor Oficial de Contas. –

O executivo votou-o e a senhora vereadora votou contra na altura. -----

O parecer que posteriormente a assembleia municipal nos fez chegar, diz diretamente o senhor Revisor Oficial de Contas, diz que não podemos examinar as demonstrações financeiras do município do exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e treze, em conformidade com as norma técnicas e as diretrizes de revisão, por não ter sido facultado o acesso aos documentos de suporte e é por causa disso que o município não tem o parecer. -----

Portanto, nós não somos maioria nesta assembleia, se o Partido Socialista que é o partido maioritário entende que deve retirar este ponto, nós apoiaremos a decisão do PS e da mesa que aqui o propõe. -----

É uma decisão de gestão quer do executivo, quer da assembleia, que fique aqui esclarecido, não é a primeira vez que este problema surge, este problema já surgiu anteriormente e prosseguiram nele.” -----

Interveio **António Ferreira**: “Nós estamos de acordo com a retirada do ponto.

No entanto, quando as contas voltarem à assembleia, deve haver um documento explicativo da não certificação e da falta do parecer do Revisor Oficial de Contas. -----

O executivo se não o fez, deve muito rapidamente colocar esta questão em tribunal para salvaguardar as suas posições, só assim estará escudado em termos de responsabilidade. -----

Tenho aqui a ata número vinte e um de vinte e cinco de fevereiro de dois mil e treze, alertávamos para a forma como nos foi apresentado os documentos para a renovação do contrato com esta empresa Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, alertávamos para a falta de transparência na apresentação dos documentos.” -----

VOTAÇÃO PARA A RETIRADA DO PONTO NÚMERO SEIS DA ORDEM DOS TRABALHOS -----

A retirada do ponto número seis da ordem dos trabalhos, foi aprovada por unanimidade com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Entrou-se de seguida na ordem dos trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS -----

PONTO NÚMERO UM -----

TOMADA DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO ENTRONCAMENTO -----

Após a leitura da respetiva ata avulsa da tomada de posse e de todos os trâmites legais e dos respetivos juramentos por parte dos membros presentes do Conselho Municipal de Segurança do Entroncamento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Passou-se de imediato ao ponto número dois. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO ENTRONCAMENTO -----

Não havendo pedidos de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou-o à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois, “ **Constituição do Conselho Municipal de Educação do Entroncamento**” foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO NOS ABRIGOS DE PASSAGEIROS E CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE NOS AUTOCARROS DE TRANSPORTES URBANOS -----

Pediu a palavra **Marisa Parreira**: “ Em relação a este ponto, nós percebemos que é uma fonte de receita, no entanto, consideramos que era importante esta assembleia saber os pressupostos desta concessão, ou as condições em que se vai realizar.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três “ **Concessão da Exploração nos Abrigos de Passageiros e Concessão de Exploração de Publicidade nos Autocarros de Transportes Urbanos**” foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo nove votos do

Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

PROJETO DE ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA CONCESSÃO DA REDE DE FIBRA ÓPTICA MUNICIPAL -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “ Parece que o projeto depois de lida a informação do técnico da autarquia, deveras trabalhada e exaustiva para se perceber o que é que o ponto aqui introduzido, parece-me que na sua base a génese da alteração que é feita, é quanto ao prazo. -----

Visto que todos os pressupostos se mantêm e que, a intenção é assegurar ao município que mantenha exatamente o mesmo objetivo que já tinha no projeto anterior, nós votaremos obviamente a favor.” -----

Prosegiu **Luís Grácio**: “ Este assunto já não é a primeira vez que aqui vem, já foi inclusivamente aberto um concurso, por aquilo que é informado havia onze interessados, mas na prática só um é que concorreu, o que não deixa de ser curioso. -----

O Bloco de Esquerda tem levantado algumas advertências em relação à forma como este processo se desenvolveu, nós não vamos levantar obstáculos em relação à abertura do concurso, porque achamos que o processo tem que andar, não pode ficar parado como está. -----

Voltamos a referir algumas questões do passado, inclusivamente tendo em conta que houve alterações em relação às condições, se repararem, as condições passaram de 20 anos, para 25 anos de concessão, o que não deixa de ser curioso porque aproveita o intervalo máximo de vida útil da fibra, não temos garantia que chegue aos 25 anos, é bom que se saiba que o estado da arte atualmente dá entre 20 a 25 anos e depois, acabou o estado de vida útil desta infraestrutura. -----

Por outro lado, mesmo o processo de ampliação da própria rede existente foi deveras diminuído, passamos a ter a zona industrial para um horizonte de 10 anos e outros casos assim. -----

O Bloco de Esquerda espera que com estas alterações o processo tenha bom porto, mas, mantemos as nossas dúvidas.” -----

Continuou **Pedro Gonçalves**: “ Na nossa ótica consideramos que o projeto é um projeto interessante. -----

Porém, como não estamos em condições de saber se estas alterações trarão ou não mais candidatos e só mesmo por essa razão, iremo-nos abster.” -----

Interveio **António Ferreira**: “ Este processo já aqui veio várias vezes e ainda há de vir mais vezes. -----

É pena porque de facto houve um investimento de fundos que não eram nossos a 85% e aí de qualquer forma eram dos contribuintes e eram fundos indispensáveis para outras coisas, para além disso, 15% de investimento por parte da câmara no projeto. -----

Gostava de saber o processo de candidatura, como é que decorreu, o projeto de candidatura tem objetivos, têm determinados pressupostos e que são avaliados e foi visto que tinha pés para andar, mas isso nunca nos foi mostrado a nós CDU porque não estávamos no executivo na altura. -----

De qualquer forma as alterações que foram feitas, continuam-nos a preocupar, embora tenham melhorado, a concessão é por um período de 25 anos, o Centro Escolar não vai ter custos até 01-09-2014, o Jardim de Infância Sophia de Mello Breyner tem 10 anos que não vamos ter custos com ele, o cemitério 12 anos, mas a concessão é por 25

anos, há aqui uma diferença que depois vamos ter de pagar os serviços da nossa própria infraestrutura. -----

De qualquer forma, há uma certa garantia em termos da capacidade da rede, está estabelecido que uma parte da capacidade da rede será reservada à câmara municipal. ---

No entanto, vemos com muita apreensão este processo e vemos com apreensão ainda mais, quem se mostrou interessado, uma única empresa, de certeza que não foi a PT, nem os que têm o monopólio nesta área.” -----

Referiu **Mário Balsa**: “ Estamos perante alterações ligeiras mas do ponto de vista orgânico poderão desbloquear um processo que está parado e que urge por em funcionamento, que urge avançar. -----

Também vemos com regozijo que não existem custos para a autarquia, que isso está salvaguardado até em termos da existência de um espaço específico para a câmara municipal e que este alargar de prazos, acaba por tornar mais exequível aquilo que serão as contrapartidas que a autarquia terá com este contrato, desse ponto de vista, não pomos nenhum entrave, até pelo contrário, até felicitamos que se ponha em funcionamento e andamento um processo que está parado e que é urgente desbloquear.”

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro “ **Projeto de Alteração das Condições para a Concessão da Rede de Fibra Óptica Municipal**”, foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e quatro abstenções, sendo três da Coligação Democrática Unitária e uma do Centro Democrático Social. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

PROJETO DE REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO EXERCIDA PELOS FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES -----

Interveio **Pedro Gonçalves**: “ Sendo uma norma nacional e comunitária, estamos de acordo e vamos votar favoravelmente. -----

Porém, queríamos salientar uma única coisa acerca do mercado semanal. -----

O custo do terrado no Entroncamento e o senhor Presidente corrigirá se estiver enganado, é de 87 euros mensal, em Torres Novas é de 42 euros mensal e em Tomar 12 euros diários, o que dá 48 euros mensal, estamos a falar sensivelmente no dobro, se dissermos que Torres Novas não têm condições como as nossas, é verdade, mas Tomar têm. -----

Acho que a fim de promover o maior número de feirantes visto que se implementou e bem a cobrança dos terrados em atraso, houve até alguns feirantes que deixaram de vir, mas gostaríamos que o executivo ponderasse numa revisão em baixa dos preços dos mesmos, esta norma vai trazer uma rotação dos lugares de três em três anos onde o feirante vai estar. -----

Uma baixa dos preços não muito significativa, mas podemos pedir que o executivo pondere essa baixa, nem que seja uma baixa para os comerciantes locais que exercem funções no nosso mercado semanal, para que se possa estimular a economia.” –

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ As receitas que temos com este tipo de atividade devem cobrir os gastos. -----

De facto, o nosso mercado semanal é muito procurado com uma grande afluência de pessoas, está bem situado, temos um mercado abastecedor também que nasceu espontaneamente, temos uma situação privilegiada em termos territoriais e ultimamente soubemos aproveitar essa situação. -----

Não era para intervir, mas pela intervenção anterior só tenho a dizer que sendo uma norma comunitária, e uma norma da lei, temos que aceitar, nós CDU dizemos que sendo uma norma comunitária, sendo uma norma da Troika, ou de outros lados, temos é que desconfiar, porque de facto os nossos setores produtivos e deficitários em Portugal foram muito afetados por interesses estrangeiros e temos que os defender.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO -----

O ponto número cinco “ **Projeto de Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentário Exercida pelos Feirantes e Vendedores Ambulantes**”, ” foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO -----

Pediu a palavra **Fernanda Alves**: “ A minha questão, depois de ler atentamente a informação do senhor Presidente, prende-se com a questão das empreitadas da execução da nova escola Doutor Ruy D’Andrade e também com a execução do Centro Escolar Norte e acessibilidades. -----

A questão da educação e nomeadamente tudo o que diz respeito e que é feito no nosso concelho, preocupa-nos a todos. -----

Penso e espero que a questão levantada pelo PSD e CDU, acerca das assistentes, que o senhor Presidente fará ou não a resposta necessária, espero que a questão com este concurso, não se prenda só com a questão dos três lugares que estavam evidentemente para serem postos a concurso, mas sim, com a educação dos nossos jovens. -----

O nosso líder de bancada no seu discurso do 25 de Abril, ele deu uma achega à importância de se dar andamento às obras no concelho sem derrapagens e a nossa preocupação vai precisamente neste sentido, tentar perceber como é que estas obras estão a decorrer, que derrapagem é que está inerente a essas obras, se é que há. -----

Portanto, agradecemos que o senhor Presidente em devido tempo, desse mais algum esclarecimento relativamente a este assunto.” -----

Proseguiu **José Baptista**: “ Senhora deputada, certamente que o senhor Presidente terá tempo para responder à pergunta, não viesse ela preparada, assim espero que também tenha sobre as perguntas que lhe fiz no início. -----

Já agora, dizer mais uma vez aos serviços, que o processo 1054/13.5BELRA, de uma ação intentada pela Associação de Municípios Indignados do Entroncamento e António Esteves, intentado contra o anterior Presidente de Câmara e a senhora vice-Presidente, está concluso, à sentença, não sei porque é que continua a aparecer aqui à espera do ulteriores termos processuais depois da contestação, e portanto, se for necessário, se a Câmara não conseguir ter acesso à sentença, fica já daqui a nossa disponibilidade para fornecermos eletronicamente a sentença referida para que os serviços não continuem com este processo pendente. -----

Quanto à prestação de serviços de limpeza do mercado municipal, há uma série de situações de redução, que são de louvar e que são de analisar de forma séria, para percebermos efetivamente o que ali é feito. -----

Alguns serviços não conhecendo o que é que está por detrás deles, o que é que está por detrás destas renegociações é sempre louvável que se consiga fazer melhor uso dos dinheiros, e portanto, se assim for, obviamente que se louva o trabalho do executivo. -----

Há aqui uma questão que me faz alguma confusão, nós fomos aqui contra o trabalho precário, já todas as bancadas aqui se afirmaram contra o trabalho precário, estou à espera que o senhor Presidente dê essa informação a senhora deputada também já pediu, certamente que o senhor Presidente irá responder, sobre o que é que aconteceu ao concurso, o que está no acordo que foi feito entre o município do Entroncamento e o Ministério da Educação, é que há mais três operacionais que o Ministério da Educação paga e portanto como há, é nesta base. -----

O senhor deputado Mário Balsa também diz que são necessários, o senhor Presidente é que diz que não, pelos vistos não quis andar com o concurso para a frente, ou será porque era um concurso que vinha do anterior executivo? -----

Neste sentido, quanto a estas reduções e poupanças que são de louvar, na poupança relativa ao mercado municipal há uma poupança na limpeza de 28.353.00 euros. Esta poupança é nitidamente apelativa para ver o número forte, o que é que aconteceu aqui. -----

O que acontece, é que o Município do Entroncamento deixa de ter uma empresa a prestar serviço como tinha até então e passa a ter trabalho precário de pessoas do centro de emprego, que a troco de um valor pecuniário mensal muito inferior ao que era pago por um ordenado justo, passam a ter a limpeza do mercado e à conta disso, é que o município tem uma redução de despesa. -----

É preciso saber o que é que o município está a fazer, está a incentivar o trabalho precário, conto com a colaboração da bancada da CDU, para nos ajudarem a fazer perceber isto. -----

Uma pequena correção, creio que no valor dos combustíveis há uma alteração, o atual e o anterior, creio que o valor está trocado.” -----

Interveio **António Ferreira**: “ Desta vez não era para intervir, mas de qualquer forma, foi feito um desafio. -----

Não é trabalho mal remunerado, é trabalho escravo. -----

O tipo da sociedade que estamos a implementar e o seu governo é um desses responsáveis, é mesmo um trabalho de escravidão, ou então mandar para fora do país uma parte substancial da população. -----

É pena é que, partidos que se dizem de esquerda, acabem também por aproveitar da mesma situação, lamento de facto isso, mas o senhor Presidente há de dar algum esclarecimento sobre essa questão.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Câmara**: “ Gostava de cumprimentar todos os membros desta assembleia, o público presente que tem seguido com atenção os trabalhos e o senhor jornalista que ainda se mantém na sala. -----

Relativamente à informação do presidente, ela é exaustiva, penso que todos tiveram a oportunidade de a ler com atenção, já agora há aí um pormenor ou outro que não foi bem lido, foi referido que os valores do combustível estavam errados, não estão errados, há uma leitura incorreta do senhor deputado do PSD. -----

Vou-me escusar a fazer uma apreciação de todos os pontos, porque penso que eles são bastante claros. -----

Temos seguido uma política de rigor na gestão como é evidente, ele começa a ter resultados claros, quer naquilo que são os resultados financeiros, quer naquilo que são os resultados das políticas que temos vindo a implementar. -----

Já aqui foi reconhecido, com alguma relutância, que as reduções significativas dos custos que estamos a operar em resultado de políticas adequadas na gestão dos dinheiros públicos, mas esses é um dos aspetos não será o mais importante, é importante porque é dessa forma que nós vamos conseguir equilibrar financeiramente as contas do

executivo e vamos conseguir responder às solicitações dos vários munícipes da nossa cidade, como foi a solicitação do senhor Mário Rodrigues, que eu saúdo pelo seu contributo e que iremos ter em devida conta. -----

Aumentámos a oferta dos serviços à nossa cidade, todos os nossos serviços de atendimento ao público passaram a estar abertos das oito e meia, às dezassete e trinta, sem qualquer interrupção para almoço e isso resulta num esforço que também gostava de realçar dos funcionários que acederam a exercer horários desfasados para que isso fosse possível. -----

Também têm sido evidente as iniciativas no âmbito cultural que temos vindo a desenvolver com alguns programas que mantivemos ou outros que iniciámos, alguns dos quais com bastante adesão das pessoas. -----

Também gostava de realçar as atividades relatadas na informação, as iniciativas que temos tido no âmbito da sensibilização da segurança nas escolas, sensibilização ambiental e quer numa, quer noutra, todos os nossos estudantes do primeiro ciclo e ensino básico, foram alvo de ações ativas de sensibilização e isso deixa-nos muito satisfeitos e também com isso, queria dar aqui um reconhecimento público ao trabalho desenvolvido nessa área. -----

Lembro que ainda esta semana que passou, fizemos um simulacro na escola secundária, foi o primeiro simulacro realizado num estabelecimento de ensino no Entroncamento, que tem como objetivo, justamente melhorar os comportamentos face a situações de perigo. -----

Foram cerca de mil e duzentos estudantes que foram alvo de ações de sensibilização ambiental e segurança. -----

Um aspeto que gostava de realçar, foi nomeada a senhora vereadora Tília Nunes, como a conselheira local para a Igualdade do Género, pois é uma área que procuramos dar importância. -----

Temos também promovido a redução da dívida em termos percentuais, diminuímos 37,2%. -----

Temos vindo a diminuir os pagamentos em atraso, que é claramente um flagelo que este executivo herdou e é um flagelo que limita a nossa atividade de forma muito substancial, e temos vindo a fazer um esforço mensal, para que todos os meses possamos diminuir aquilo que a lei nos aconselha a fazer, que é a diminuição de 10% por mês dos pagamentos em atraso e se não o fizermos, a nossa liberdade de gestão financeira é bastante cortada. -----

Queria realçar que neste momento, em final de abril, já tomámos decisões no sentido de 63% do investimento previsto para o ano estar comprometido, isso leva-nos a poder partilhar convosco a expectativa séria, forte, de podermos ter taxas de execução elevadas muito diferentes daquelas que têm sido taxas de execução do orçamento. -----

Relativamente às questões que foram aqui colocadas, acho que algumas delas são de retórica, só para que as possamos ouvir, porque elas estão respondidas nas atas do órgão executivo a quando das respetivas decisões. -----

As atas são públicas, se alguém tiver dificuldade em aceder a elas, terei todo o gosto que lhe sejam enviadas, e portanto, sobre essas perguntas concretas, acerca de questões concretas que o executivo tomou, elas constam das atas da câmara e recomendo a quem as colocou que possa fazer a sua consulta. -----

Relativamente a duas questões do senhor deputado que eu também saúdo e desejo um trabalho profícuo em prol do Entroncamento, o senhor deputado do CDS, relativamente à rua Elias Garcia, talvez por ser a primeira reunião que participa, não estará devidamente informado, porque de facto nós encontrámos uma estrada de acesso

à nossa cidade e uma rua urbana em estado caótico, de grande degradação, que nós conseguimos inverter, permitindo as condições mínimas de segurança e possa ser usada, e como já informei esta assembleia, desenvolvemos um projeto que foi coroado de sucesso em termos de financiamento, para poder fazer uma intervenção nessa artéria. ---

Esse projeto foi aprovado durante este ano, foi aprovado o seu financiamento, estas coisas têm os seus trâmites, estamos neste momento no processo formal de concretização desses apoios financeiros, já foi alvo de concurso público, já há uma empresa identificada para iniciar a obra, pensamos que junho, o mais tardar julho, dar início à obra e estará concluída no primeiro trimestre de 2015, seguramente. -----

Quanto à questão do edifício da rua Chaimite, fez bem em levantar essa questão, é sempre bom nós recebermos informação dos munícipes, no entanto, como deve calcular, também temos essa informação, estamos atentos, acontece que se trata de uma propriedade privada, a câmara entrevistou naquilo que é da sua responsabilidade e que pode, dentro da propriedade não pode intervir, apesar de já ter sido oficiado os proprietários no sentido de tomarem as devidas providências. -----

Em relação à questão da jornada das 35 horas, a informação que tenho não difere muito da última assembleia, neste momento, como sabem houve um conjunto de câmaras ao nível da CIMT que fizeram a assinatura de um acordo com alguns sindicatos, enquanto Presidente de Câmara entendi não subscrever esse acordo, coloquei a questão ao executivo e temos vindo a trabalhar no sentido de procurar fazer um acordo mais sustentado com sindicatos representativos dos trabalhadores do nosso município. –

Neste momento há uma comissão dentro do executivo que trata dessa matéria, a senhora vereadora Tília Nunes e o senhor vereador David Ribeiro e eu próprio, temos estado presentes nessas negociações e estamos neste momento em fase de enviar uma contraproposta ao STAL, no sentido de na próxima reunião de 7 de maio, poder ser fechado um acordo com este sindicato e faremos o mesmo com os outros. -----

O horário de trabalho dos funcionários do Município do Entroncamento são 40 horas, até haver um acordo que respeite as exigências que a lei determina, manter-se-á esse horário, já tivemos aqui uma situação, passamos de 40 horas para 35 horas, depois de 35 horas para 40 horas, na expectativa que pudesse haver aqui um acordo mais global entre várias entidades em presença, não foi possível, neste momento a nossa decisão que já foi devidamente validada pelo executivo, essa alteração do horário de trabalho acontecerá apenas e só quando houver um acordo e esse acordo respeitar aquilo que são as exigências contidas na lei. -----

Relativamente à delegação de competências para as juntas de freguesia, foi também nomeada uma comissão dentro dos prazos que a lei prevê, coordenada pela senhora vice-Presidente e que integra entre outros, os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, além de três ou quatro superiores da nossa câmara e que está a desenvolver a sua avaliação e em tempo irá apresentar uma proposta relativa a essa matéria. -----

Também queria saudar a intervenção do senhor Engenheiro Nogueira, apesar de um pouco longa, penso que com toda a crueza, colocou aqui um conjunto de questões que são muito importantes e que é importante que esta câmara delas tenha conhecimento e que fique sensibilizada. -----

A questão da passagem superior não resolveu em nada as questões de segurança da nossa estação, piorou as questões de segurança, piorou as questões de funcionalidade e nós já tivemos a oportunidade de transmitir isso através de ofício, quer através de reunião que efetuámos com os responsáveis da segurança da REFER, na Câmara Municipal, no passado dia 24, em que esteve presente o comandante Neto dos Bombeiros. -----

É importante que todos nós, membros da assembleia, do executivo e cidadãos, possam fazer uma bandeira desta questão porque ela é muito importante e quanto mais pessoas tiverem essa consciência, maior legitimidade o executivo terá para no trabalho que temos tentado fazer, insistir para que se criem condições de segurança de acesso à nossa estação. -----

Devo dizer que o senhor Engenheiro Nogueira, o senhor Luís Grácio, o senhor António Manuel e outros colegas desta assembleia, já referiram aqui algumas questões, mas elas vão infelizmente para além das questões que aqui foram levantadas, para além das dificuldades que aqui foram relatadas, quer da funcionalidade de acesso ao comboio, quer da funcionalidade de acesso de meios de socorro, como aqui já foram relatados, ainda existem problemas de grande gravidade, é que uma grande parte do espaço ferroviário que constitui o espaço de intervenção da CP, está neste momento com acessos pouco adequados, nomeadamente a zona da chamada triagem, onde já em tempos aconteceu alguma necessidade de intervenção e que não foram fáceis. -----

Todas essas questões foram faladas com os responsáveis da segurança da REFER, devo-vos dizer que notei uma preocupação sincera nesses responsáveis, não sei se estavam apenas a ser simpáticos ou estavam a constatar que de facto temos um problema grave entre mãos, notei de facto uma disponibilidade para podermos ter uma solução, não direi a curto prazo porque estas coisas demoram sempre tempo. -----

As soluções que foram apontadas, e penso que mereceram uma disponibilidade para serem avaliadas profundamente, foi recuperar a passagem que entretanto foi tapada de forma a permitir o acesso de uma viatura às respetivas plataformas, recuperar e melhorar uma entrada também que permitisse acesso de uma ambulância pelo lado sul às plataformas, junto a uma entrada do antigo posto da guarda-fiscal e fazer uma intervenção rápida no sentido de criar condições de segurança para entrada pelo antigo cais, intervindo para que esse acesso pudesse ser um acesso para viaturas mais pesadas e que também permitisse o acesso a zonas do interior da triagem, que são zonas de potencial de risco. -----

Relativamente à questão do ponto que foi retirado da ordem dos trabalhos, é uma questão muito simples, o executivo anterior fez um acordo de prestação de serviços, sendo que uma parte não reúne a condição legal para prestar esse serviço e portanto, nessa matéria, qualquer aprendiz de jurista dirá que é um contrato nulo e um contrato nulo qualquer entidade pública se proceder a algum pagamento com base num contrato que seja nulo, esses pagamentos são ilegais e os responsáveis por esses pagamentos, ficam na obrigação de restituir os montantes indevidamente pagos. -----

Foi essa constatação com base numa avaliação que fizemos, com base num parecer jurídico interno e com base numa circular enviada para este município em 2011 e divulgada para a generalidade dos municípios nessa altura, fizemos essa avaliação e tomamos a decisão que nos parece, a lei não se discute, cumpre-se. -----

Foi essa informação que nós prestámos ao senhor Presidente da Assembleia, inclusive mandámos cópia da carta que enviámos para a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, como demos conta igualmente, da circular da Caixa Geral Aposentações, em que claramente até usa dois exemplos, um é um exemplo de uma sociedade de advogados e outro, curiosamente, é um exemplo de uma sociedade de revisores oficiais de contas, perante essa objetividade de uma informação de uma entidade pública a Caixa Geral de Aposentações, e que perante a objetividade de ter sido publicado em Diário da República a aposentação do revisor oficial de contas, que também demos conta ao senhor Presidente da Assembleia, não havia outra opção possível, que fosse a de comunicar que a outra parte não tem condições para prestar o

serviço e portanto, o contrato é nulo e com nossa pena, porque o momento não era o adequado, o mais adequado seria daqui a 15 dias, deixaríamos que os revisores fizessem o seu trabalho, traria aqui o parecer a assembleia faria a sua apreciação e depois dizíamos aos senhores que nós descobrimos que vocês são aposentados. -----

Na altura que detetamos a situação nós tomámos a decisão que penso que não é questionável do ponto de vista legal. -----

Também era importante referir um aspeto, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, prestaram um serviço a este município desde o início do atual contrato, de memória penso que terá tido início em abril de 2013, desde contrato não foi paga nenhuma mensalidade, o que não está de acordo com pagamentos efetuados a serviços prestados nessa data, mas quero dizer, que os serviços foram prestados se houver uma entidade que determine que haja base legal para que eles sejam pagos, obviamente que o executivo fará esse pagamento e entende que esse pagamento é justo, porque houve serviço que foi feito. -----

Não havendo essa determinação nesse sentido, não existe base legal para pagamento, e mais, desde agosto de 2012 até março de 2013, no âmbito do anterior contrato em vigor e dado que o técnico em causa não cumpriu com o seu dever, que era ter comunicado à câmara a informar que passou à situação de aposentado, os pagamentos que foram efetuados pelo anterior executivo, são ilegais e nós tivemos o cuidado de solicitar a devolução desses pagamentos à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. -----

Esta é a situação, o momento pode não ser o mais indicado, mas esta é a realidade. -----

Quanto à apreciação que a assembleia fez, não comento, a assembleia é soberana, aqui que, o documento que foi apresentado é um documento legal e que, se a assembleia o entendesse o poderia ter avaliado. -----

Em termos gerais era o que se me oferecia dizer acerca deste ponto.” -----

Interveio **José Baptista**: “ Uma intervenção de condução dos trabalhos à mesa, ao abrigo do direito de oposição.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “ O direito de oposição não é um direito dos membros da assembleia, é um direito dos partidos da oposição. -----

Ainda bem que eu consegui encontrar um parecer que desse aqui alguma razão para sustentar, senão em todas as assembleias iria basear-se no direito de oposição e as coisas efetivamente não podem ser assim. -----

O direito de oposição é um direito claro, e para mim que fique claro e na condução dos trabalhos sempre tenho dado a palavra à oposição, o nosso regimento é claro, tanto tem falado o PS como a oposição, não há aqui cortes de tempo para ninguém ao contrário do que acontece noutras assembleias municipais, e portanto, ninguém tem sido prejudicado no uso da palavra. Enquanto eu for Presidente da Assembleia, isso nunca acontecerá, mesmo da parte do público ainda que as pessoas tenham intervenção maior, se está dentro da meia hora em que podem falar e que está previsto, as pessoas falarão. -----

O que é efetivamente o estatuto do direito de oposição, vamos clarificar isto de uma vez por todas. -----

O estatuto de oposição vem na Lei 24/98, e tem por base o artigo 114º da Constituição da República e aplica-se efetivamente o estatuto de oposição a quem! E em que condições! -----

Aplica-se não aos membros da assembleia municipal, mas aplica-se aos partidos políticos. -----

A real condição de um partido político que está nesta assembleia e que pode usar o direito do estatuto de oposição, é o CDS-PP porque não tem representação no executivo. -----

Ainda que os outros, tendo representação no executivo poderão beneficiar do estatuto do direito de oposição, tem representação no executivo e portanto, têm acesso às atas, a toda a informação e podem informar o partido sobre essas matérias, mesmo que discorde, as atas estão lá, as reuniões são públicas, as atas são públicas. -----

Uma coisa é clara, mesmo estes partidos porque os vereadores não têm pelouros atribuídos, nem competências delegadas, podem efetivamente também beneficiar do estatuto de direito de oposição, em que circunstâncias! -----

Vou ler um parecer da CCDR: -----

O direito de oposição nas autarquias locais, concretiza-se com o direito dos seus titulares serem ouvidos sobre propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividades, bem como, pronunciarem-se sobre questões de interesse público relevante. –

Ninguém tem dúvida o que é o orçamento, ou o que é a feitura de um orçamento que é um instrumento importante da política local. -----

Agora em termos de questões públicas relevantes, pode haver aqui alguma dúvida, *os titulares do direito de oposição têm antes ainda o direito de se pronunciarem sobre qualquer assunto de interesse público relevante. Neste sentido e na ótica, a câmara municipal deve informar os titulares do direito de oposição, independentemente de qualquer iniciativa em concreto, sobre os assuntos que considere de importância local relevante.* -----

As pessoas podem efetivamente colocar todas as questões, mas a câmara municipal só tem o direito de informar sobre um assunto que considere relevante. -----

Sejamos objetivos e não massacremos a lei e o próprio estatuto do direito de oposição, sob pena de achincalharmos de certa forma, aquilo que é o verdadeiro e o real direito do estatuto de oposição. -----

Aliás, eu próprio pretendo durante este ano, elaborar o relatório do estatuto do direito de oposição e efetivamente trabalhar isso com os partidos que têm representação nesta assembleia, penso que nunca foi feito, mas que é de lei e que deve ser feito. -----

Dito isto, senhor deputado José Miguel Baptista tem alguma questão de real interesse que mereça ser respondida?” -----

Respondeu **José Baptista**: “ Tomei nota do que acabou de dizer, da legalidade do processo e tendo como um democrata que sempre falou nesta casa, quando não era autarca e que agora dirige os trabalhos, deve dar a todos os deputados desta casa, quando assim o entendem, o direito a pronunciarem-se. -----

O que o senhor Presidente acabou de dizer, referente a que a câmara só deve dar esclarecimentos daquilo que interesse de maior relevante da política autárquica, para mim vale zero. -----

O senhor Presidente da Câmara tem que dar esclarecimentos sobre toda a atividade que desenvolva dentro desta casa e em nome deste município. -----

Por isso, esta bancada fez diversas questões ao senhor Presidente que não respondeu a nenhuma e pior, fez a senhora deputada do Partido Socialista de papel de embrulho. -----

A senhora deputada fez questões relativas ao andamento das obras escolares e o senhor Presidente não respondeu a nada e portanto, a última nota é esta: -----

O senhor Presidente da Câmara é a segunda reunião seguida, estou a olhar para o senhor Presidente da Câmara, se quiser olhar para mim, pode olhar à vontade, nós fazemos-lhes perguntas e o senhor Presidente responde de acordo com aquilo que acha

que deve responder, mas esta assembleia é soberana para ter da parte da câmara todos os esclarecimentos que acha que deve ter e se entendermos, que algum processo não está clarificado, perguntá-lo-emos sempre que assim entendermos. -----

Portanto, em momento algum o senhor Presidente remete qualquer um dos deputados desta casa para uma ata da câmara municipal, eu não sou membro da câmara municipal, os meus colegas de bancada não são membros da câmara municipal, o senhor Presidente é. -----

A opinião que o senhor Presidente da Câmara teve sobre que um aprendiz de jurista consideraria aquele contrato nulo, lamento que tenha feito esta consideração, porque a jurista da câmara é a mesma hoje, que era há um ano atrás, exatamente a mesma, e eu, senhor Presidente também lhe digo com muita pena, que um verdadeiro economista e professor universitário, já mais traria a uma reunião da assembleia municipal, uma prestação de contas que é ilegal.”-----

Solicitou a palavra o senhor **Presidente da Câmara**: “ Não é uma defesa da honra, é uma defesa dos direitos democráticos, do funcionamento das assembleias e da reposição dos factos. -----

O senhor deputado José Miguel Baptista, acha que eu tenho medo de que olhem para mim, por amor de Deus, eu olho para as pessoas que devo olhar, no momento que entendo, e não é por você me dizer para eu olhar. -----

É de facto este jogo que eu direi um jogo curioso, que o senhor deputado tenta fazer a miúdo, esquecendo aquilo que são os reais interesses do Entroncamento e os reais interesses e motivos desta assembleia. -----

O senhor pode fazer as intervenções que quiser para alterar a minha forma de estar nesta assembleia, com todo o respeito por si ou qualquer outro membro, eu não altero a minha forma de estar, não são as suas intervenções até jocosas e que eu agradecia que de futuro, tivesse um pouco mais de atenção e respeito, as suas intervenções jocosas não são de molde, não são dignas desta assembleia e pode querer, que não me irá fazer mudar a minha postura e a defesa dos interesses desta câmara e desta cidade. -----

Já agora devo-lhe dizer senhor deputado, que essa atitude jocosa de sorriso agradável, também não lhe fica bem, até por uma questão de talvez tivesse um pouco mais de respeito por quem é menos jovem, ou que neste momento tem mais idade que você, e deveria ter consideração pelas pessoas que aqui estão com mais idade e com mais experiência de vida, já não lhe direi sabedoria ou competência, porque cada um de nós tem a sua sabedoria ou competência. -----

A idade era talvez um fator que deveria merecer respeito por parte do senhor deputado, mas o senhor fará as intervenções que entender, porque pode ter a certeza de uma coisa, da minha parte não vai ter alteração de postura. -----

Já agora só quero corrigir um aspeto, o senhor deputado José Miguel Baptista, quis pôr em causa a competência da jurista desta câmara, dizendo que era a mesma que há um ano, terá dado parecer favorável à realização do contrato de prestação de serviços que agora estava a ser alvo de análise, esqueceu-se, como é o seu timbre, ou não sabe, não sei, confesso, nem tenho muito interesse em saber, mas há aqui um lapso, que tem que ser corrigido, os dados que agora são do conhecimento, não eram do conhecimento da senhora jurista há um ano e isto faz toda a diferença.” -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e catorze. -----

A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1ª Secretária:

A 2ª Secretária: